

**V CONSÓRCIO MESTRAL E DOUTORAL DA REDE GIC / I FÓRUM DE PESQUISA
EM SEGURANÇA PÚBLICA
7 a 9 de dezembro de 2022**

() CONSÓRCIO MESTRAL (CM) - 10 a 13 páginas

(X) CONSÓRCIO DOUTORAL (CD) – 12 a 15 páginas

() FÓRUM DE PESQUISA EM SEGURANÇA PÚBLICA (FPSP) - 6 a 10 páginas

**“NADA SOBRE NÓS SEM NÓS”: AS PERCEPÇÕES DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIAS VISUAIS SOBRE A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DE
TECNOLOGIA ASSISTIVA NO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE MINAS GERAIS**

***“NOTHING ABOUT US WITHOUT US”: THE PERCEPTIONS OF PEOPLE WITH
VISUAL DISABILITIES ON THE USE OF ASSISTIVE TECHNOLOGY RESOURCES
IN THE LIBRARY SYSTEM AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF MINAS GERAIS***

Alejandro de Campos Pinheiro

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

 0000-0001-8692-1481 E-mail: alejandrocamos29@gmail.com

Dalgiza Andrade Oliveira

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

 0000-0002-0814-6325 E-mail: dalgizamg@gmail.com

Resumo: O sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais possui os recursos de Tecnologia Assistiva destinados a auxiliar a mediação do acesso à informação para as pessoas com deficiências visuais. Contudo, segundo a literatura, ainda não foram realizados estudos sob a perspectiva das pessoas com deficiências visuais para identificar se esses recursos estão atendendo satisfatoriamente as suas necessidades informacionais. Dessa forma questiona-se: quais as percepções das pessoas com deficiências visuais em relação à utilização dos recursos de Tecnologia Assistiva no sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais para a acessibilidade informacional? Este estudo tem como objetivo identificar as percepções das pessoas com deficiências visuais em relação à utilização dos recursos de Tecnologia Assistiva disponibilizados pelo sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais para a acessibilidade informacional. Na fundamentação teórica foram abordados a relação bibliotecário e pessoa com deficiência, os recursos de Tecnologia Assistiva e os estudos de usuários. Como procedimentos metodológicos propõe-se a realização dos estudos de usuários utilizando a técnica do grupo focal com as pessoas com deficiências visuais para entender as suas percepções. Para os bibliotecários pretende-se aplicar um questionário para compreender suas possíveis dificuldades quanto à gestão, ao uso dos recursos de Tecnologia Assistiva e ao atendimento às pessoas com deficiências visuais. Como resultados parciais considera-se um desconhecimento por parte das pessoas com deficiências visuais sobre a potencialidade dos recursos de Tecnologia Assistiva e que os bibliotecários precisam desenvolver novas competências para a realização do atendimento a esse público.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência visual; tecnologias assistivas; bibliotecas universitárias; Universidade Federal de Minas Gerais.

**V CONSÓRCIO MESTRAL E DOUTORAL DA REDE GIC / I FÓRUM DE PESQUISA
EM SEGURANÇA PÚBLICA
7 a 9 de dezembro de 2022**

Abstract: The library system of the Federal University of Minas Gerais has Assistive Technology resources designed to help mediate access to information for people with visual impairments. However, according to the literature, studies have not yet been carried out from the perspective of people with visual impairments to identify whether these resources are satisfactorily meeting their informational needs. Thus, the question is: what are the perceptions of people with visual impairments regarding the use of Assistive Technology resources in the library system of the Federal University of Minas Gerais for information accessibility? This study aims to identify the perceptions of people with visual impairments regarding the use of Assistive Technology resources made available by the library system of the Federal University of Minas Gerais for information accessibility. In the theoretical foundation, the relationship between librarian and disabled person, Assistive Technology resources and user studies were addressed. As methodological procedures, it is proposed to carry out user studies using the focus group technique with people with visual impairments to understand their perceptions. For librarians, it is intended to apply a questionnaire to understand their possible difficulties in terms of management, use of Assistive Technology resources and assistance to people with visual impairments. As partial results, it is expected that people with visual impairments are unaware of the full potential of Assistive Technology resources and that librarians need to develop new skills to carry out care for this public.

Keywords: People with visual impairments; assistive technologies; universities libraries; Federal University of Minas Gerais.

1 INTRODUÇÃO

A explosão informacional resultou no crescimento exponencial de documentos desde o fim da Segunda Guerra Mundial ocasionando diversos problemas nos aspectos de organização, gestão, preservação e acesso à informação registrada. No início do século XXI, a popularização da Internet, em conjunto com as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) contribuiu para o surgimento e disseminação de outras fontes documentais, inclusive no ambiente *web*, o que potencializou um certo nível de autonomia e independência aos indivíduos em relação à busca e ao uso da informação. Entretanto, entende-se que ainda é notória a existência de fatores determinantes, que dificultam o acesso à informação para as pessoas com deficiência - PCD, uma vez que a superação das barreiras arquitetônicas e de busca pela informação torna-se um desafio constante, já que a maioria dos ambientes físicos e dos recursos informacionais disponíveis ainda não possuem a acessibilidade adequada.

Desde 1975, as resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU) visam estabelecer os direitos da pessoa com qualquer tipo de deficiência. Em 1981, a ONU declara o ano internacional da PCD, considerado um marco histórico, o que repercutiu na criação de diversas legislações internacionais que asseguram os direitos das PCD (Declaração de Salamanca (1994); Convenção da Guatemala (1999); Declaração de Montreal (2001) e Declaração de Madri (2002)) (PINHEIRO, 2021). Ainda que haja um percurso de criação de legislações destinados a PCD, a inclusão social desse grupo foi tardia em diversas nações, com destaque no setor educacional.

**V CONSÓRCIO MESTRAL E DOUTORAL DA REDE GIC / I FÓRUM DE PESQUISA
EM SEGURANÇA PÚBLICA
7 a 9 de dezembro de 2022**

Chun (2014) relata que apenas em 2002, na China, alunos cegos foram matriculados em faculdades e universidades juntamente com alunos sem deficiência. Na Índia, 1,2% das PCD frequentam o ensino superior entre as mais de 700 universidades existentes no país (DODAMANI; DODAMANI, 2019). Em Uganda, desde 2001, há uma lei que exige que as universidades públicas admitam alunos com deficiência, entretanto, somente duas universidades cumprem a legislação (AGABIRWE; KIVINGI, 2020). No Brasil, os dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010¹, mostraram que no país há 6,5 milhões de PCD visual severa, correspondendo a cerca de 3,4% da população. Desse total, seis milhões de pessoas têm baixa visão e 582 mil são totalmente cegas. A inclusão desse público é um grande desafio às instituições, em especial, as universidades, que foram impactadas com o cumprimento da lei 13.409/2016. Essa lei determina um percentual de cotas para as PCD no ensino superior ampliando assim, o público beneficiado pela política de cotas instituída no país.

No Brasil, diversas iniciativas foram realizadas nos últimos anos, na tentativa de modificar esse contexto, seja por meio da pressão da sociedade civil, o que inclui as PCD para a criação e a promulgação de legislações cada vez mais inclusivas, como a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015), e especificamente, pela inserção de produtos, ferramentas, metodologias e serviços da área de Tecnologia Assistiva (TA).

A TA é considerada por muitos pesquisadores, como uma área do conhecimento de característica interdisciplinar, que engloba artefatos, serviços, metodologias e instrumentos com a finalidade em tornar exequível as atividades realizadas no dia-a-dia da PCD, contribuindo de fato, para a sua inclusão social e permitindo exercer os seus direitos de cidadania, como o de deslocamento urbano em transportes públicos, condições equitativas no ambiente de trabalho, o acesso à informação, entre outros (MELO; COSTA; SOARES, 2006; SANTOS; CARVALHO, 2020, WELICHAN; MANZINI, 2021).

Todavia, no ambiente educacional, e em específico no contexto da biblioteca, segundo Wellichan e Manzini (2021) é necessário que haja um profissional treinado e preparado para realizar a mediação da PCD ao acesso à informação por meio da utilização dos recursos de TA, de forma a possibilitar a sua autonomia e independência para que ocorra a acessibilidade informacional. Assim “A capacitação citada refere-se não só ao profissional, que deve saber sobre conceitos e práticas para produção de produtos e serviços, mas também para ensinar ao

¹ O último Censo foi realizado em 2010, então os dados podem estar desatualizados.

V CONSÓRCIO MESTRAL E DOUTORAL DA REDE GIC / I FÓRUM DE PESQUISA EM SEGURANÇA PÚBLICA

7 a 9 de dezembro de 2022

usuário quando solicitado, e, para isso, ele precisa conhecer e saber como utilizar” (WELLICHAN; MANZINI, 2021, p. 181).

A utilização de produtos, dispositivos, metodologias e outros instrumentos na área da TA, como os ampliadores e leitores de tela, impressora Braille, scanner de voz, audiolivros entre outros, tornaram-se alternativas para que, ambientes como o das bibliotecas, e em particular, as bibliotecas universitárias, pudessem oferecer e disponibilizar um acesso inclusivo do seu acervo, produtos e serviços, como também garantir o exercício de direitos e cidadania das PCD visuais, contribuindo para melhores condições de aprendizagem e permanência durante o seu percurso acadêmico.

A questão da acessibilidade, muitas vezes, não é considerada na fase inicial do planejamento de bibliotecas, e normalmente é apenas pensada quando uma PCD procura o atendimento presencial. “A existência de recursos de TA contribui para a mediação da informação, entretanto, não é a solução dos problemas de inclusão social da PCD visual na biblioteca universitária, uma vez que não basta “ter” o recurso, é preciso saber como utilizá-lo” (WELLICHAN; MANZINI, 2018, p. 88). Nessa perspectiva, são enfatizados os produtos e os serviços, enquanto as necessidades do usuário muitas vezes não são consultadas e poucas vezes são contempladas (WELLICHAN; MANZINI, 2021). Dessa forma, entende-se que o usuário deve retornar ao protagonismo na Ciência da Informação (SARACEVIC, 1997; SAWYER; HUANG, 2007) e, nesse caso, a PCD visual precisa ser consultada sobre o uso dos recursos de TA disponíveis na biblioteca universitária.

A garantia ao acesso à informação é um direito de todos e para que a PCD também seja contemplada, um conjunto de adaptações são necessárias para que o conteúdo registrado seja acessível a esse público, independentemente do tipo de deficiência. Dessa forma, a inclusão da PCD perpassa mudanças de atitudes da sociedade nos mais diversos âmbitos. Nessa direção, compreende-se que a biblioteca universitária precisa acompanhar as transformações que ocorrem na sociedade atual e “não pode continuar apenas recitando palavras de sua missão de apoiar às atividades de ensino, pesquisa extensão e inovação sem, contudo, adotar uma atitude inclusiva, que perceba a diversidade de seus usuários e os atraia para si” (BOTELHO; MENEZES, 2022, p. 5-6).

Com aproximadamente 206 mil usuários cadastrados², o sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ao longo dos seus 90 anos, tem oferecido

² UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Universitária. Relatórios Gerenciais.

Disponível em: https://www.bu.ufmg.br/bu_atual/o-sistema-de-bibliotecas/documentos-e-normas/. Acesso em: 20 nov. 2022.

**V CONSÓRCIO MESTRAL E DOUTORAL DA REDE GIC / I FÓRUM DE PESQUISA
EM SEGURANÇA PÚBLICA
7 a 9 de dezembro de 2022**

diversos produtos e serviços, entre os quais se destacam as ações educativas aos usuários, como os treinamentos em bases de dados, ferramentas de busca, a promoção da referência digital, entre outras (CARVALHO; PONTELO; GOMES, 2017). É composto por 25 bibliotecas que são coordenadas tecnicamente pela Biblioteca Universitária (BU), órgão suplementar vinculado à Reitoria da UFMG. Conforme relatório produzido pelo grupo de acessibilidade da BU (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2017) todas as bibliotecas que compõem o sistema receberam um recurso de TA para PCD visual adquirido pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da instituição. Porém, até o presente momento, não constam estudos da perspectiva da PCD visual referente a esses recursos de TA disponíveis nos sistemas de biblioteca da UFMG.

Nesse sentido é realizado o seguinte questionamento: quais as percepções das pessoas com deficiências visuais em relação a utilização dos recursos de TA no sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais para a acessibilidade informacional? Então, objetivo desta pesquisa é identificar as percepções das pessoas com deficiências visuais em relação a utilização dos recursos de TA disponibilizados pelo sistema de bibliotecas da UFMG para a acessibilidade informacional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi necessário retornar à literatura, assim, essa seção aborda temas relacionados ao bibliotecário e a PCD, a TA e os estudos de usuários.

2.1 O BIBLIOTECÁRIO E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O bibliotecário, segundo a lei 4.084 de 30 de junho de 1962 (BRASIL, 1962), é o responsável em realizar a gestão e os procedimentos técnicos em uma biblioteca. Está incorporado em suas atividades laborais desenvolver funções nos aspectos administrativos, estruturais, informacionais, inclusive, conhecer o perfil do público que utiliza e possa vir a utilizar os produtos e serviços oferecidos pela biblioteca. O bibliotecário precisa estar apto a atender todo tipo de usuário, o que inclui as pessoas com deficiências visuais. Nessa perspectiva, é necessário refletir se o bibliotecário está preparado para atender as pessoas com deficiências visuais, visto que é um público que precisa de suportes, adaptações, e, em determinadas situações, uma comunicação diferenciada.

**V CONSÓRCIO MESTRAL E DOUTORAL DA REDE GIC / I FÓRUM DE PESQUISA
EM SEGURANÇA PÚBLICA
7 a 9 de dezembro de 2022**

A implantação da lei 12.711, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências (BRASIL, 2012) favorece no processo de inclusão. Concomitante, a criação dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão oferecem condições para a permanência e auxiliam a melhor forma de manutenção das PCD visuais no meio acadêmico. Uma sociedade para ser inclusiva implica na participação de toda a comunidade universitária, o que inclui o bibliotecário, que também precisa estar envolvido e engajado em oferecer opções para que a PCD visual possa utilizar o espaço da biblioteca universitária para interagir, se integrar e satisfazer as suas necessidades informacionais.

Cysne (1993) afirma que o bibliotecário brasileiro não corresponde às expectativas do seu público, pois muitas vezes não se vê como usuário dos produtos e serviços que a biblioteca possa oferecer, dessa forma pode prejudicar na elaboração e desenvolvimento de ações que incluam o usuário com deficiência. Nesse sentido, o bibliotecário precisa estar atento as conjunturas sociais no seu papel de gestor da biblioteca universitária levando em consideração, os aspectos da inclusão e acessibilidade, de forma que o não usuário se torne um usuário em potencial. “[...] uma tarefa crucial de gestão é discernir as mudanças mais significativas, interpretar seus significados e desenvolver respostas adequadas (CHOO, 2006, p. 2, tradução nossa).

A criação de legislações é o meio de consolidar e assegurar a igualdade de condições da PCD visual no convívio social, confirmar a proteção dos seus direitos e incluí-la como agente ativo e protagonista na discussão e participação de elaboração de políticas públicas, planejamento e serviços contribuindo dessa forma, para a construção de uma sociedade que promova equivalência entre todos os cidadãos. Assim, entende-se que é importante que o bibliotecário se atente à legislação inclusiva e busque alternativas em deixar o espaço que atua de forma acessível para atender todo o tipo de PCD.

2.2 A TECNOLOGIA ASSISTIVA

A TA é uma área do conhecimento que tem crescido significativamente nos últimos anos e está relacionada à demanda de recursos e serviços direcionados às PCD. Conforme Galvão Filho (2013), a TA se encontra em ascensão devido ao paradigma da inclusão social, que contribui com a inserção de pessoas com deficiência nos diversos aspectos da sociedade. Os recursos de TA são fundamentais nos aspectos de mobilidade e contribuem para a aprendizagem, trabalho, comunicação e interação social.

**V CONSÓRCIO MESTRAL E DOUTORAL DA REDE GIC / I FÓRUM DE PESQUISA
EM SEGURANÇA PÚBLICA
7 a 9 de dezembro de 2022**

Em 1988, o termo TA foi oficializado como elemento integrante da legislação norte-americana, a fim de assegurar a relevância de recursos e serviços facilitadores para a execução de atividades diárias propiciando independência e autonomia no contexto social (BERSCH, 2008). Dessa forma, o termo compreende duas perspectivas: “recursos, que são os equipamentos, produtos ou sistemas; e serviços, destinados a auxiliar diretamente às pessoas com deficiência a selecionar, adquirir ou usar os recursos de TA” (RODRIGUES; ALVES, 2013, p. 174).

A TA está vinculada a recursos de acessibilidade destinados especificamente a pessoas que apresentam algum tipo de deficiência. Assim, o critério a ser utilizado para a identificação e classificação dos recursos de TA é a sua finalidade. Segundo, Rodrigues e Alves (2013), o percurso para a construção e formulação do conceito de TA é um processo que se encontra em desenvolvimento. Assim, é necessário investigar e verificar em qual nível essa discussão se encontra, quais os avanços obtidos, a fim de contribuir com o crescimento e alcançar os objetivos propostos.

De forma a atender as necessidades desses cidadãos e as dificuldades previstas de sua inserção em ambientes de trabalho e de educação, a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) e o artigo 93 da lei 8.213 de 1991 (BRASIL, 1991), que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providências, foram criadas com o objetivo de, “permitir às pessoas com deficiência condições de equidade e contribuir para a sua inclusão na sociedade para que possam exigir os seus direitos e exercer atividades compatíveis com o seu grau de deficiência” (BRASIL, 1991, 2015, *online*). Logo, para garantir o cumprimento das leis e facilitar o cotidiano das PCD, tem se tornado comum a utilização da TA, que segundo o Comitê de Ajudas Técnicas³ pode ser compreendida também como

uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2007, *online*).

A inexistência da TA favorece ao distanciamento do usuário com deficiência visual para o uso de produtos, serviços ou frequentar o ambiente da biblioteca, já que o espaço não oferece condições satisfatórias de acessibilidade informacional. No entanto, a presença de recursos,

³ Comitê de Ajudas Técnicas realizou uma reunião em Brasília com finalidade de discutir Tecnologia Assistiva voltada às pessoas com deficiência. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Ata_VII_Reunião_do_Comite_de_Ajudas_Técnicas.pdf. Acesso em: 3 dez. 2022.

**V CONSÓRCIO MESTRAL E DOUTORAL DA REDE GIC / I FÓRUM DE PESQUISA
EM SEGURANÇA PÚBLICA
7 a 9 de dezembro de 2022**

produtos ou equipamentos de TA na biblioteca universitária, apenas, não é o suficiente para garantir a inclusão social da pessoa com deficiência. Compreende-se que cabe ao bibliotecário, dentre outras demandas, refletir se domina o uso dos recursos de TA existentes na biblioteca universitária e averiguar junto à PCD visual, se esses recursos, satisfazem as suas necessidades informacionais e se possuem dificuldades e desafios quanto à sua utilização.

2.3 OS ESTUDOS DE USUÁRIOS

Estudos de usuários podem ser considerado como a averiguação das qualidades comuns ou distintas dos indivíduos, que frequentam ou não uma unidade de informação com o intuito de buscar, usar e/ou disseminar a informação ali encontrada. Desse modo “é uma investigação que objetiva identificar e caracterizar os interesses, as necessidades e os hábitos de uso de informação de usuários reais ou potenciais de um sistema de informação” (DIAS; PIRES, 2004, p. 11).

O estudo de usuários permite uma aproximação entre a biblioteca e a comunidade, uma vez que se torna um canal de comunicação entre os mesmos, de modo que a unidade de informação possa compreender a real utilização dos seus produtos e serviços e as possíveis demandas para os mesmos. Esse instrumento é fundamental para auxiliar na gestão da biblioteca permitindo que sejam alocados os recursos necessários, na época adequada.

Por ser a razão principal de ser de uma unidade de informação, compreende-se que os usuários são os protagonistas das atividades a serem desempenhadas pelas bibliotecas. Assim, a realização de um estudo de usuários é fundamental para compreender e entender as necessidades informacionais, além de direcionar os produtos e serviços oferecidos.

Embora alguns estudos não ocorram de maneira aprofundada omitindo informações determinantes de uma análise mais minuciosa do usuário, deve-se ressaltar a relevância histórica e atual destes estudos e suas colaborações para o campo de pesquisa. Vale salientar, também, que “não se pode negligenciar a importância de se aplicar tais métodos em estudos atuais, pois esses podem fornecer informações relevantes para tomada de decisões em relação aos serviços de informação” (AYOAMA, 2011, p. 21-22). É por meio dos estudos de usuários que é possível identificar um dos critérios mais importantes para avaliar a eficácia e a qualidade do serviço prestado pela biblioteca: a satisfação.

O conhecimento do usuário é indispensável, tanto para planejar novos serviços de informação, como aprimorar os serviços já existentes, uma vez que todos os serviços de uma unidade de informação são voltados para os usuários. Nesse aspecto “é por meio dos estudos

**V CONSÓRCIO MESTRAL E DOUTORAL DA REDE GIC / I FÓRUM DE PESQUISA
EM SEGURANÇA PÚBLICA
7 a 9 de dezembro de 2022**

de usuários que será possível identificar quem usa o serviço (usuários reais) e quem não usa (usuários potenciais) [...]” (DIAS; PIRES, 2004, p. 30).

Cunha (1982) corrobora a existência de duas categorias de pesquisas de estudo de usuários. A primeira é direcionada à unidade de informação, que analisa o usuário desde o momento que ele começa a se relacionar com o ambiente da biblioteca. A segunda é voltada para o usuário, que investiga quais são suas ações, métodos para encontrar e satisfazer suas necessidades informacionais.

Esses dois tipos de estudos citados por Cunha (1982) podem ser classificados como abordagem tradicional, método mais utilizado ao longo do tempo, e abordagem alternativa, método que propõe uma nova forma de se estudar o usuário. Segundo a abordagem tradicional, os estudos de usuários são voltados mais para o sistema, ou seja, para a unidade de informação analisada. Procura-se, nessa abordagem, criar categorias nas quais possam inserir os usuários que são classificados de acordo com as características sócio demográficas. Os estudos da abordagem tradicional procuram identificar qual a fonte de informação mais utilizada, se os serviços e produtos ofertados pela biblioteca atendem adequadamente às necessidades dos seus usuários e tendem a escolher técnicas de coleta de dados quantitativas. A pesquisa quantitativa caracteriza-se tanto na fase da coleta de dados, quanto no seu tratamento, pela utilização de técnicas estatísticas. “Seu objetivo é garantir uma maior precisão na análise e interpretação de resultados na tentativa de aumentar a confiabilidade quanto às inferências dos resultados encontrados” (BAPTISTA; CUNHA, 2007, p. 170).

A abordagem alternativa, além de tender para o uso de técnicas qualitativas, é direcionada para o usuário, já que deseja compreender as suas reais necessidades de informação, conhecer os seus procedimentos de busca pela informação e como realizará o uso da mesma. As categorias criadas, ao contrário da abordagem tradicional, não são para generalizar e sim para compreender o comportamento do usuário como um ser individual, com demandas diferenciadas, inseridas em conjunturas distintas. Para os autores,

a pesquisa qualitativa focaliza sua atenção nas causas das reações dos usuários da informação e na resolução do problema informacional, ela tende a aplicar um enfoque mais holístico do que o método quantitativo. Além disso, ela dá mais atenção aos aspectos subjetivos da experiência e comportamento humano. (BAPTISTA; CUNHA, 2007, p. 173)

Destaca-se, também, o uso da abordagem interacionista, ainda em construção, que possui perspectivas hermenêutica, etnometodológica e interacionista simbólica, nas quais as duas últimas são as mais que se aproximaram com a Ciência da Informação nos últimos anos

**V CONSÓRCIO MESTRAL E DOUTORAL DA REDE GIC / I FÓRUM DE PESQUISA
EM SEGURANÇA PÚBLICA
7 a 9 de dezembro de 2022**

(ARAUJO, 2010). A Etnometodologia “desenvolveu uma série de conceitos que também enfatizam o papel ativo dos sujeitos sobre as determinações que sobre eles incidem”. O Interacionismo Simbólico “propõe que o indivíduo e sociedade se constituem reciprocamente, não são instâncias autônomas e separadas” (ARAUJO, 2010, p. 25).

Para este estudo, optou-se pelo uso da abordagem alternativa, pois o aspecto a ser averiguado é a perspectiva das PCD visuais sobre a utilização dos recursos de TA no sistema de bibliotecas da UFMG como auxílio no processo de mediação para acessibilidade informacional. Como o item a ser considerado é o uso do recurso de TA, compreende-se que a abordagem alternativa é a mais apropriada para analisar a sua funcionalidade e verificar se atende as expectativas das PCD visuais

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa, do ponto de vista da sua natureza é estabelecida como aplicada, uma vez que se encontra relacionada com os indivíduos que utilizam os produtos e serviços do Sistema de Bibliotecas da UFMG, mais precisamente, as PCD visuais, que utilizam os recursos de TA em situações de estudo, lazer ou qualquer outra finalidade. Nessa perspectiva incluem-se, também, os bibliotecários pertencentes ao sistema de bibliotecas da UFMG que possuem entre outras funções, o papel de contribuir com a mediação do acesso à informação das PCD visuais por meio da utilização dos recursos de TA.

De acordo com os seus objetivos é considerada exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o tema, neste caso, identificar quais as percepções das PCD visuais sobre a utilização dos recursos de TA no Sistema de Bibliotecas da UFMG. Nessa direção, de forma a compreender a ótica do profissional incumbido em gerenciar a biblioteca universitária, deve-se verificar os possíveis óbices enfrentados pelos bibliotecários para a inclusão das PCD visuais no aspecto de gestão e uso dos recursos de TA no Sistema de Bibliotecas da UFMG.

A abordagem é quanti-qualitativa, uma vez que, por meio de questionário com questões abertas e fechadas e direcionados para os bibliotecários do Sistema de Bibliotecas da UFMG, que ocupam os cargos de direção e referência, visto que o primeiro realiza a gestão da biblioteca universitária e o segundo por relacionar-se durante um atendimento diretamente com a PCD visual. Nesse contexto, o questionário pretende identificar quais os possíveis obstáculos vivenciados pelos bibliotecários em relação a gestão e ao uso dos recursos de TA para atender as necessidades informacionais das PCD visuais.

3.1 GRUPO FOCAL

**V CONSÓRCIO MESTRAL E DOUTORAL DA REDE GIC / I FÓRUM DE PESQUISA
EM SEGURANÇA PÚBLICA
7 a 9 de dezembro de 2022**

Na perspectiva das PCD visuais propõe-se a realização de um estudo de usuários utilizando-se a técnica do grupo focal a fim de que a PCD visual compartilhe as suas percepções referentes ao uso dos recursos de TA no Sistema de Bibliotecas da UFMG, os possíveis desafios enfrentados, o seu domínio e habilidades em relação a utilização dos recursos de TA.

Em busca de uma melhor compreensão do indivíduo em todos os seus aspectos sociais, biológicos, históricos, políticos, psicológicos e econômicos, determinados métodos da pesquisa qualitativa são mais adequados em relação a outros, nas quais pode-se destacar, o grupo focal. O grupo focal foi primeiramente utilizado como técnica de coleta de dados na área da Sociologia, porém foi na área do *Marketing* que houve uma maior disseminação do seu uso. Em virtude da Segunda Guerra Mundial, o grupo focal foi usado por Robert K. Merton para averiguar as reações das pessoas em relação a propaganda da guerra (GATTI, 2005).

O grupo focal é considerada uma técnica aplicável em muitas áreas do conhecimento e flexível em relação ao tipo de abordagem, seja ela exploratória, clínica ou fenomenológica (DIAS, 2000; LEITÃO, 2003). Zanganelli, Nisembaum, Alves, Marques e Olinto (2015) apontam um crescimento significativo do seu uso em diversas áreas do conhecimento, como Medicina, Ciências Sociais, Enfermagem e Biologia. Na Ciência da Informação, os primeiros registros de uso dessa técnica foram na década de 80 e seu uso, em específico no Brasil, ainda é considerada relativamente recente (CHIARA, 2005).

O grupo focal, também conhecido como grupo de discussão ou grupo de foco, consiste em uma técnica de coleta de dados que envolve sinergia entre os participantes, no qual são realizadas trocas de experiências, a construção de uma interação coletiva, o que possibilita a percepção de diferentes posicionamentos dos integrantes sobre um determinado tema proposto para discussão. Assim “o grupo de foco não busca obter consenso, o moderador é que deve criar condições para que diferentes percepções e pontos de vista sejam colocados durante as sessões” (CHIARA, 2005, p. 103).

De acordo com Gatti (2005) privilegia-se a seleção dos participantes segundo alguns critérios, conforme o problema em estudo, desde que eles possuam características em comuns, que os qualificam para a questão que será o foco do trabalho interativo, e da coleta do material discurso/expressivo. Os participantes devem possuir alguma vivência com o tema a ser discutido, de tal modo que sua participação possa trazer elementos relacionados às suas experiências cotidianas. Logo, a reunião de PCD visuais, ou seja, indivíduos que possuem características comuns, neste caso, a deficiência visual, que fazem uso dos recursos de TA

**V CONSÓRCIO MESTRAL E DOUTORAL DA REDE GIC / I FÓRUM DE PESQUISA
EM SEGURANÇA PÚBLICA
7 a 9 de dezembro de 2022**

(vivência com o tema discutido) cumprem com os requisitos necessários para participarem do grupo focal.

Em um âmbito mais específico, como o da biblioteca, e para este estudo em específico a biblioteca universitária, Hernon e Altman (1998, p. 103; 139) *apud* Leitão (2003, p. 52-53) salientam que a técnica do grupo focal enfatiza a discussão conjunta entre as pessoas sobre um determinado produto, um serviço ou um assunto. Dessa forma, as bibliotecas universitárias podem utilizá-la para compilar novas estratégias para compreender melhor as expectativas dos usuários, analisar a disponibilidade e as competências dos funcionários em atender a essas expectativas e concretizá-las, e a habilidade para recuperar os usuários reais ou atrair aqueles em potencial.

Nessa perspectiva, o grupo focal consiste em uma abordagem qualitativa, uma vez que serão analisadas as percepções das PCD visuais em uma situação em que utilizaram os recursos de TA, os serviços da biblioteca e/ou do bibliotecário. O uso dessa técnica permite uma maior profundidade e diversidade de informações com riqueza de detalhes das PCD visuais e, assim, ampliam as condições em compreender os possíveis desafios vivenciados por eles para a utilização dos recursos de TA nas bibliotecas universitárias da UFMG e se o seu uso proporcionou autonomia e independência, além de verificar novas habilidades. Nesse sentido, será possível coletar os detalhes vivenciados por esses indivíduos em um momento em que necessitaram de acesso à informação. Será realizado um contato com o NAI da UFMG de forma que as PCD visuais possam ser informadas da presente pesquisa e que sejam convidadas a participarem deste estudo.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Como resultados parciais, estima-se que as PCD visuais relatem as dificuldades relacionadas à utilização dos recursos de TA, avaliem a funcionalidade desses recursos e apresentem sugestões de como a biblioteca e o bibliotecário possam colaborar para satisfazer as suas necessidades informacionais.

Espera-se que os bibliotecários exponham as dificuldades enfrentadas para a realização da gestão dos recursos de TA, o que inclui, também, o seu uso para a mediação com a PCD visual. Dessa forma, entende-se que o bibliotecário precisa desenvolver novas competências para a realização do atendimento a esse público e que possa colaborar para a construção de uma sociedade inclusiva.

V CONSÓRCIO MESTRAL E DOUTORAL DA REDE GIC / I FÓRUM DE PESQUISA
EM SEGURANÇA PÚBLICA
7 a 9 de dezembro de 2022

REFERÊNCIAS

AGABIRWE, P.; KIVINGI, G. W. Utilization of assistive technologies among visually impaired students in university libraries in Uganda: Users' Experiences. *In: SUSTAINABLE DIGITAL COMMUNITIES*, 15., 2020, Boras. **Proceedings** [...] Boras, Springer. 2020.

AOYAMA, P. **Estudo das necessidades de informação dos usuários da Biblioteca Digital do Senado Federal**. 2011. 120 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Ciências da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242711/PAMELAAOYAMA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 nov. 2022.

ARAÚJO, C. A. A. Abordagem interacionista de estudos de usuários da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 2-32, set. 2010

BAPTISTA, S. G.; CUNHA, M. B. Estudo de usuários: visão global dos métodos das coletas de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n. 2, p. 168-184, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/48/89>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BERSCH, R. **Introdução às Tecnologias Assistivas**. 2008. Disponível em: http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 22 maio 2019.

BOTELHO, M. F. C.; MENEZES, N. C. Acessibilidade nas bibliotecas da Universidade Federal da Bahia. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 6, p. e27519, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/27519/15636>. Acesso em: 4 jun. 2022.

BRASIL. Ata VII. **Comitê de Ajudas Técnicas**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR). 2007. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Ata_VII_Reuni%C3%A3o_do_Comite_de_Ajudas_T%C3%A9cnicas.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 jul. 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4084.htm. Acesso em: 3 fev. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 16 abr. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 3 fev. 2021.

**V CONSÓRCIO MESTRAL E DOUTORAL DA REDE GIC / I FÓRUM DE PESQUISA
EM SEGURANÇA PÚBLICA
7 a 9 de dezembro de 2022**

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 18 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 14, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a criação do "Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior". **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 de abril de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/programa_incluir.pdf. Acesso em: 27 abr. 2021.

CARVALHO, W. M.; PONTELO, A. G.G.; GOMES, G.M. R.; O sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais: 90 anos de um organismo em evolução. **Ci.Inf.**, Brasília, DF, v. 46 n. 2, p.134-145, maio/ago. 2017.

CHIARA, I.G.D. Grupo de Foco. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Métodos Qualitativos de Pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005.

CHEN, Q. Applied-information technology in barrier-free service of university library. **Advanced Materials Research**, v. 1021, p. 257-260, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4028/www.scientific.net/AMR.1021.257>. Acesso em: 3 dez. 2022.

CHOO, C. W. **The knowing organization: how organizations use information to construct meaning, create knowledge, and make decisions**. 2nd. ed. Oxford, New York: Oxford University Press. 2006. 354 p.

CORREIA, V. V. **O acesso da pessoa com deficiência visual à produção científica: um estudo sobre arquitetura da informação e acessibilidade dos periódicos eletrônicos de biblioteconomia e ciência da informação**. São Cristóvão, 2021. Monografia (graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Departamento de Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2021. 79f. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/14410/2/Vanessa_Vieira_Correia.pdf. Acesso em: 24 set. 2022

CUNHA, M. B. Metodologias para estudos de usuários de informação científica e tecnológica. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**. Brasília, v. 10, n. 2, p. 5-20, jul./dez. 1982.

CUNHA, M. B.; AMARAL, S. A.; DANTAS, E. B. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

CYSNE, M. R. P. **A biblioteconomia: dimensão social e educativa**. Fortaleza: UFC, 1993.

DIAS, C. A. Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação & Amp; Sociedade: Estudos**, João Pessoa. v. 10, n. 2, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/330>. Acesso em: 20 nov. 2022.

DIAS, M. M. K.; PIRES, D. **Usos e usuários da informação**. Edufscar: São Carlos, 2004.

**V CONSÓRCIO MESTRAL E DOUTORAL DA REDE GIC / I FÓRUM DE PESQUISA
EM SEGURANÇA PÚBLICA
7 a 9 de dezembro de 2022**

DODAMANI, A. M.; DODAMANI, S. M. Provision of assistive technology for students with visual impairment in university libraries in India. **Journal of Library & Information Technology**, v. 39, n. 3, p. 104-108, 2019. Disponível em: <https://publications.drdo.gov.in/ojs/index.php/djlit/article/view/14329/7092>. Acesso em: 3 dez. 2022.

GALVÃO FILHO, T. A. A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios. **Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2013.

GATTI, B. A. **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>. Acesso em: 20 nov. 2022.

LEITÃO, B. J. M. **Grupos de foco: o uso da metodologia de avaliação qualitativa como suporte complementar à avaliação quantitativa realizada pelo Sistema de Bibliotecas da USP**. 2003. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação. Área de concentração: Relações Públicas) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MELO, A. M.; COSTA, J. B.; SOARES, S. C. M. Tecnologias assistivas. In: PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. (Orgs.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: UNICAMP, Biblioteca Central César Lattes, 2006, p. 62-73.

PINHEIRO, A. C. **Os recursos de Tecnologia Assistiva nas bibliotecas universitárias federais brasileiras: uma abordagem para as pessoas com deficiências visuais**. 2021. 197f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

RODRIGUES, P. R.; ALVES, L. R. Tecnologia assistiva: uma revisão do tema. **Holos**, Natal, n. 29, v. 6, p. 170-180. 2013. Disponível em: <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/07/TECNOLOGIA-ASSISTIVA-REVIS%C3%83O-DO-TEMA.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2021.

SANTOS, K. G. DOS; CARVALHO, K. A. Acessibilidade e tecnologia assistiva em bibliotecas universitárias: estudo de caso no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, p. 5-19, 1 out. 2019.

SARACEVIC, T. Users lost: reflections on the past, future, and limits of information science. **ACM SIGIR Forum**, v. 31, n. 2, p. 16-27, 1997.

SAWYER, S.; HUANG, H. Conceptualizing information, technology, and people: Comparing information science and information systems literatures. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 58, n. 10, p. 1436-1447, 2007.

**V CONSÓRCIO MESTRAL E DOUTORAL DA REDE GIC / I FÓRUM DE PESQUISA
EM SEGURANÇA PÚBLICA
7 a 9 de dezembro de 2022**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Universitária. **Grupo de trabalho:** acessibilidade – 2017. Belo Horizonte: UFMG/Biblioteca Universitária, 2017. Disponível em: https://www.bu.ufmg.br/bu_atual/o-sistema-de-bibliotecas/acessibilidade/. Acesso em: 20 nov. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Universitária. **Relatório Anual do Sistema de Bibliotecas da UFMG** – 2017. Belo Horizonte: UFMG/Biblioteca Universitária, 2017.

WELLICHAN, D.S.P.; MANZINI, E.J. A Tecnologia Assistiva em bibliotecas públicas: uma abordagem preliminar sobre sua importância e contribuição para usuários com deficiência. **Biblionline**, João Pessoa, v. 14, n. 4, p. 83-90, 2018.

WELLICHAN, D. S. P.; MANZINI, E. J. Usuários da informação com deficiência em bibliotecas: uma análise da produção científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 172-203, jul./set. 2021.

ZAGANELLI, B. M.; NISENBAUM, M. A.; ALVES, K. D. S. G.; MARQUES, S. B.; OLINTO, G. O grupo focal na ciência da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 25, n. 3, p. 37-47, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93186>. Acesso em: 22 out. 2022.